



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Reforçar a construção do sistema jurídico de protecção ambiental e intensificar a gestão da poluição luminosa

Com o contínuo desenvolvimento socioeconómico da RAEM, as actividades urbanas apresentam diversos desafios à protecção do ambiente natural e aos esforços de conservação ecológica. Actualmente, a legislação ambiental de Macau baseia-se na Lei de bases do ambiente, promulgada em 1991. Ao longo dos anos, o Governo da RAEM aprovou, sucessivamente, a lei sobre a prevenção e o controlo do ruído ambiental, em 2014 (revista em 2019), e a lei sobre as restrições ao fornecimento de sacos de plástico, em 2019. Para além destas leis, a gestão ambiental é principalmente regulada por regulamentos administrativos, despachos do Chefe do Executivo, despachos do Secretário para os Transportes e Obras Públicas, ou mesmo por orientações [Nota 1].

Tomando como exemplo a gestão da poluição luminosa, em 2008, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) elaborou as “Instruções para Controlo da Poluição Luminosa Proveniente dos Painéis Publicitários, das Iluminações Decorativas e dos Monitores LED no Exterior dos Edifícios” (adiante designadas por “Instruções”). Posteriormente, em 2011, 2014 e 2023, o Governo actualizou as “Instruções”, aumentando os critérios e métodos de medição dos respectivos aparelhos luminosos, e restringindo o tempo de abertura dos mesmos, bem como o controlo dos dispositivos luminosos destinados às zonas ecológicas [Nota 2]. De



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

acordo com as disposições vigentes, antes da instalação de reclamos e tabuletas ao ar livre, os estabelecimentos comerciais devem requerer ao IAM uma licença administrativa e, se os estabelecimentos comerciais precisarem de colocar tabuletas luminosas, devem instalá-las de acordo com as “Instruções”, no entanto, devido à falta de um mecanismo eficaz de fiscalização posterior, em caso de problemas relacionados com a poluição luminosa ou de queixas, as autoridades só podem resolvê-los, na sua maioria, de forma coordenada.

De facto, para elevar a operacionalidade e controlar a eficácia das “Instruções”, o Governo actualizou, por três vezes, as mesmas, incluindo os requisitos de controlo das instalações luminosas viradas para as zonas ecológicas. No entanto, segundo algumas opiniões, os efeitos positivos dessas medidas para as zonas ecológicas do Cotai podem ser limitados. Segundo o resultado do “*2025 International Black-faced Spoonbill Census*”, coordenado pela *Hong Kong Bird Watching Society*, em 2025, existiam apenas 16 colhereiros-de-cara-preta a passar o Inverno em Macau, um decréscimo superior a 70 por cento, quando comparado com os 61 em 2016 [Nota 3 e 4].

Face ao agravamento da pressão ambiental, a mera dependência da gestão das “Instruções” não é, evidentemente, suficiente para fazer face às potenciais ameaças trazidas pela poluição luminosa à ecologia e à vida quotidiana dos residentes. O Governo da RAEM deve, quanto antes, rever a situação e estudar a adopção de leis e regulamentos para promover os trabalhos de controlo da poluição luminosa, no sentido de proporcionar aos serviços competentes fundamentos legais claros e competências de fiscalização, promovendo ainda mais os trabalhos de protecção



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

ambiental e conservação ecológica de Macau.

Assim, interpelo sobre o seguinte:

1. Actualmente, tanto no Interior da China como no estrangeiro, existem modelos de produção legislativa e tendências de sistematização para diferentes tipos de gestão ambiental. Para além de legislar para controlar a emissão de gases poluentes por fontes móveis não rodoviárias e de definir, expressamente, os critérios de emissão de fumos de cozinha na “Lei da actividade de restauração e bebidas e estabelecimentos relacionados” [Nota 5], as autoridades vão continuar a promover outros planos legislativos sobre a gestão ambiental, a fim de aperfeiçoar o regime jurídico de Macau no âmbito da protecção ambiental?
2. No que respeita à conservação das zonas ecológicas, tencionam as autoridades reforçar a coordenação com as empresas circundantes, para além dos períodos e horários recomendados nas “Instruções”, reduzir ainda mais a intensidade luminosa dos sistemas de iluminação exterior dos edifícios, utilizar temperaturas de cor amarela e diminuir a utilização de efeitos intermitentes, de modo a minimizar ao máximo o impacto sobre as aves migratórias nas proximidades?
3. Quanto ao controlo e gestão da poluição luminosa, o Governo deve, na próxima fase do planeamento da protecção ambiental, estabelecer mecanismos para a fiscalização contínua da poluição luminosa, com vista a reduzir os impactos para o meio ambiente e para a ecologia. Vai fazê-lo?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Referências:

[Nota 1] Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental da RAEM: Leis e diplomas legais ambientais elaborados pela DSPA nos últimos anos (de Junho de 2009 a Fevereiro de 2026)

https://www.dspa.gov.mo/richtext.aspx?a_id=1556510405&p=798#

[Nota 2] Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental da RAEM: Sinopse sobre os trabalhos de controlo da poluição luminosa

https://www.dspa.gov.mo/richtext.aspx?a_id=1594107715

[Nota 3] *Hong Kong Bird Watching Society: Black-faced Spoonbill Global Population Exceeds 7,000. Deep Bay Decline Demands Urgent Attention*

<https://www.hkbws.org.hk/cms/en/hkbws/work/endangered-species/bfs-en/bfs-census-2025-en>

[Nota 4] *Hong Kong Bird Watching Society: 2017 International Black-faced Spoonbill Census*

<https://www.hkbws.org.hk/cms/join-us-tw/zh-tw/project-tw/endangered-species-tw/bfs/bfs-survey-2017>

[Nota 5] *Macao Daily News*: “Proibição, a partir do próximo ano, da importação de alguns produtos de plástico”, 2 de Dezembro de 2025, página A04

https://www.macaodaily.com/html/2025-12/02/content_1874257.htm

15 de Fevereiro de 2026

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Leong Wong